

CONGRESSO

Base governista prepara novo projeto para tributar apostas on-line e financiar segurança pública, com potencial de arrecadar até R\$ 30 bilhões por ano. Setor reage e alerta para aumento da carga tributária e risco de avanço do mercado ilegal

Taxação de bets volta ao debate

» EDUARDA ESPOSITO

A proposta de criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para tributar casas de apostas on-line, as chamadas bets, ganhou novo fôlego no Congresso. A ideia, originalmente apresentada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), enfrenta resistência do setor, mas tem atraído apoio entre parlamentares. A estimativa é de arrecadação de cerca de R\$ 30 bilhões por ano até a entrada em vigor do Imposto Seletivo previsto na reforma tributária, cuja implementação completa ocorrerá em 2033. Embora a medida tenha sido retirada da versão final da Lei Antifacção na Câmara, após destaque do Progressistas, a base governista não abandonou a iniciativa. O PT prepara um novo projeto de lei para criar a chamada Cide-bets, em moldes semelhantes aos da proposta de Vieira. Diante do movimento, empresas do setor voltaram a se mobilizar para barrar a nova tributação, enquanto o partido aguarda a posição oficial do governo para avançar com o projeto. Em conversas reservadas, deputados do centro e da direita demonstram apoio à proposta, enquanto parte da esquerda considera um “abuso” o governo recorrer novamente à

taxação das bets para arrecadar. O tema já eleva a tensão no setor e acirra o embate no Congresso. As empresas de apostas reforçam o argumento de insegurança jurídica diante das sucessivas tentativas de aumentar a tributação. Com a nova proposta, o setor intensificou o lobby para barrar a Cide-bets, tese que já encontra alguma receptividade no Centrão, inclusive do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). “É uma discussão que ainda será feita na Câmara em outro momento. Nós defendemos a segurança jurídica e o cumprimento do que foi aprovado pela Câmara e pelo Senado no fim do ano, que elevou o tributo sobre as bets. Não há como mudar mensalmente a alíquota de impostos de nenhum setor”, justificou Motta durante coletiva na votação do projeto Antifacção na Câmara. **Confisco do apostador** Um estudo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) mostra que as casas de apostas pagaram, em 2025, 32,8% de tributos, cerca de um terço do faturamento das bets legais, que somou R\$ 37 bilhões. A entidade estima que a carga pode chegar a 42% em 2033, com a implementação completa da reforma tributária e a entrada dos novos tributos sobre consumo.

Pedro França/Agência Senado



Régis Dudena afirma que o Congresso deve considerar toda a carga tributária e a destinação dos recursos

O setor critica ainda a proposta da Cide-bets, que prevê a cobrança de 15% sobre o valor depositado pelos apostadores, o que, segundo o IBJR, elevaria ainda mais a carga tributária e poderia ter efeito confiscatório. “Ao taxar o depósito dos apostadores nas bets, o setor se preocupa com uma debandada de jogadores para o mercado ilegal, uma vez que o depósito de R\$ 100 não significará ter o valor integral para apostar. Para as bets, o setor ilegal usará esse argumento para atrair jogadores”, alerta o IBJR. Atualmente, cerca de 50% do setor de bets opera na ilegalidade. O que mais preocupa as casas reguladas é que elas pagam tributos, enquanto as plataformas ilegais não contribuem com o Estado e, em muitos casos, são associadas ao crime organizado. **Riscos** Parlamentares que defendem maior restrição às apostas

on-line citam os riscos do fácil acesso às plataformas e os dados sobre ludopatia divulgados pelo Ministério da Fazenda. Em janeiro, a pasta informou que mais de 217 mil brasileiros pediram autoexclusão de contas em bets. Entre eles, 37% apontaram perda de controle e problemas de saúde mental como motivo. Mesmo após a derrota na última votação, o PT decidiu apresentar um novo projeto criando a Cide-bets. Para parte da esquerda e de conservadores, aumentar a tributação é uma forma de desestimular o consumo, já que as apostas on-line têm acesso imediato e ilimitado. Dentro do próprio governo, porém, não há consenso. O ex-secretário da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, hoje secretário de Reformas Econômicas da pasta, Regis Dudena, defendeu que o Congresso considere toda a carga tributária e a destinação dos recursos antes de

tomar uma decisão. “O importante, quando se toma uma decisão, é saber qual será o efeito. A depender de como for aplicada, a Cide pode ser excessiva, ou não”, disse Dudena ao **Correio**, durante o evento Bet ON Brasil, em Brasília, que debateu o primeiro ano de regulamentação das bets no país. Segundo ele, cabe ao órgão regulador apresentar análises técnicas para subsidiar a decisão dos parlamentares. “O que nos cabe é informar a nossa leitura sobre o projeto para que o Congresso Nacional, que tem competência para decidir, escolha a melhor solução para o país”, afirmou. Dudena também destacou que o setor já possui destinações específicas de recursos e que ainda haverá a incidência do Imposto Seletivo, previsto na reforma tributária. “O importante para a tomada de decisão é considerar toda a carga tributária e as destinações já existentes”, acrescentou.

Fiscalização

Casas de apostas criticam a falta de estrutura para fiscalizar o mercado ilegal, que representa cerca de 50% do setor de bets no Brasil. Apesar do avanço da regulamentação, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) conta atualmente com apenas três servidores dedicados à fiscalização. Em 2025, porém, mais de 25 mil sites ilegais foram bloqueados em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). De acordo com Regis Dudena, a limitação de pessoal é uma realidade do Estado, mas a estratégia é ampliar o uso de tecnologia e parcerias. “Com o crescimento do mercado, seria natural um incremento estrutural do órgão fiscalizador, mas o Estado tem restrições. Cabe à secretaria fazer o melhor uso possível das ferramentas disponíveis”, afirmou. Para este ano, a Fazenda pretende reforçar a fiscalização das empresas e o combate à lavagem de dinheiro. “O Estado está articulado, atuando em várias frentes para combater tanto ilícitos administrativos quanto penais”, disse Dudena. A Anatel também atua no bloqueio de plataformas ilegais. Segundo o conselheiro Edson Holanda, a agência reguladora tem uma estrutura consolidada para fiscalizar sites piratas e, agora, busca aprimorar esse sistema. “Em um ano conseguimos bloquear 25 mil bets piratas. Isso mostra a efetividade do trabalho”, destacou. Representantes do setor, porém, apontam falhas na fiscalização, como a falta de integração entre órgãos públicos e empresas do sistema financeiro. A CLO da instituição de pagamento Paag, Mila Rabelo, defende que avanços tecnológicos sejam prioridade. “A cooperação e a tecnologia são as chaves para uma fiscalização eficiente”, enfatizou.

2º aniversário do Museu do Jardim Botânico

Um marco para a cidade, um compromisso da Shell com o conhecimento.

Da grandiosidade das palmeiras imperiais à precisão do olhar científico, o Museu do Jardim Botânico é um convite constante à descoberta.

Fruto do patrocínio da Shell ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Museu celebra seu segundo ano inspirando e aproximando gerações através da ciência e da cultura.

Estar aqui é impulsionar a curiosidade que move o mundo.

Shell. **Patrocinadora master** do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Energia que vem da gente.